

**2º**

**CONGRESSO ESTADUAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS  
NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO MARANHÃO**



**25 à 27  
De Agosto  
2015**



**Realização  
FETRAF-MA  
SINTRAFs**

**10 ANOS DE LUTA E RESISTENCIA,  
CONSTRUINDO UM NOVO SINDICALISMO  
Local: Associação da CAEMA**

**DOCUMENTO DO 2º CONGRESSO ESTADUAL DOS  
TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA  
FAMILIAR NO ESTADO DO MARANHÃO AO EXMO. SENHOR  
MINISTRO DO MDA, PATRUS ANANIAS**

**AGOSTO DE 2015  
SÃO LUÍS - MA**

Exmo. Senhor  
Patrus Ananias  
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA

Excelentíssimo Senhor,

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Maranhão – FETRAF-MA, aproveitando a oportunidade da presença de Vossa Excelência em seu II Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão, que acontece nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2015, na cidade de São Luís, com a participação de mais de 200 delegados e delegadas representando todo o nosso estado, gostaria de elencar um conjunto de medidas que precisam urgentemente serem tomadas no sentido de garantir e ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares aos programas e políticas do governo federal para essa categoria de vital importância no desenvolvimento sustentável e solidário do estado do Maranhão, e em uma visão mais ampla, do Brasil.

Nesse sentido, destacamos a necessidade de que o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF se torne menos burocrático e mais acessível em nosso estado, essencialmente quando se trata da relação entre o homem e a mulher do campo e as instituições bancárias, que deveriam ser um facilitador e hoje se mostram como um verdadeiro entrave, pela falta de sensibilidade para com o público desse importante programa. Além disso, a delegacia regional do MDA não tem tido a atuação esperada no envolvimento dos agentes financeiros e dos agentes de assistência técnica para que o programa tenha a eficácia esperada.

Lembramos ainda que a falta de acesso ao PRONAF atinge de maneira mais perversa as mulheres e os jovens do campo, já que as primeiras são as tutoras naturais dos processos de ampliação da produção dentro dos núcleos familiares, e os segundos por terem no PRONAF uma oportunidade para a sucessão da propriedade e, assim, produzirem em volume e qualidade necessários para a geração de renda compatível com as suas expectativas. Estes dois grupos, ao se verem privados de acesso ao PRONAF ficam reféns de uma situação de fragilidade que gera, na sua maioria, o enfraquecimento do núcleo familiar rural e o envelhecimento da força de trabalho na agricultura familiar.

Em relação a reforma agrária e acesso à terra, se faz imperativo destacar a necessidade real e urgente para que o Programa Nacional de Crédito Fundiário seja uma realidade no estado do Maranhão, uma vez que existe uma enorme demanda a ser urgentemente correspondida e, por entraves políticos, a FETRAF-MA ainda não foi credenciada para atuar na primeira etapa do PNCF. Ademais, em que pese a existência de mais de 1000 assentamentos do INCRA em nosso estado, os conflitos pela terra ainda são uma realidade, principalmente no

que tange à demarcação de terras indígenas e ao reconhecimento de terras quilombolas. Quanto aos assentamentos existentes, as condições de infraestrutura e assistência técnicas nos mesmos estão longe de serem próximas do ideal, criando uma condição insustentável de viabilidade das famílias assentadas, além de várias ilegalidades públicas e notórias e já insistentemente denunciadas à ouvidoria do INCRA, sem qualquer providência.

Outro ponto que exige atenção por parte do MDA é a assistência técnica e extensão rural. Não havendo acompanhamento técnico das famílias no campo conseqüentemente não temos aumento da produtividade e da qualidade dos produtos, bem como de melhoria de renda das famílias.

Por fim, gostaríamos de manifestar o nosso descontentamento com o processo de escolha e indicação dos cargos relacionados com o Governo Federal, mas sobretudo o INCRA, que não levou em consideração o debate construído com as organizações sociais representativas da agricultura familiar, trazendo um alinhamento com grupos retrógrados que historicamente dificultaram o processo de implantação da reforma agrária e do fortalecimento da agricultura familiar no estado do Maranhão.

Esta escolha vai de encontro com as declaração da presidente do INCRA nacional, que muito falou sobre a revitalização do órgão e, até o momento, o que se tem percebido é a inércia.

Sendo o que tínhamos para expor no momento, ficamos no aguardo de soluções objetivas e efetivas para as demandas apresentadas.

São Luís, 26 de agosto de 2015

---

Maria da Graça Amorim  
Presidenta da FETRAF-MA

---

Marcos Rochinski  
Coordenador Geral da FETRAF-BRASIL

**DELEGADOS E DELEGADAS:**

---

---

